

# EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: TRANSFORMAÇÃO E ASCENDÊNCIA DE UMA SOCIEDADE

## EDUCATION AND DEVELOPMENT: TRANSFORMATION AND ASCENDENCE OF A SOCIETY

Edson Trajano Vieira 1  
Marcia Eliza de Godoi dos Santos 2

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo debater a educação enquanto mecanismo para formação integral do sujeito, para transformação da sociedade por meio de uma nova visão crítica/reflexiva. O século XXI tem sido marcado por uma vigorosa reflexão crítica sobre a problemática educacional, pela busca de caminhos para promoção de uma ação educativa comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Quanto à abordagem, a pesquisa realizada caracteriza-se como qualitativa. Essencialmente com base no aporte teórico de Paulo Freire, o estudo traz à tona uma discussão acerca de uma educação libertadora e comprometida com o desenvolvimento humano. Conclui-se, que o desenvolvimento integral perpassa pela educação integral como direito de cidadania em suas múltiplas dimensões e possibilita ao indivíduo protagonista a conscientização de sua condição moral, possibilitando a mutação com o entendimento com a elucidação do entender social, amplia-se o olhar sobre as possibilidades de educação para além da escola.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Educação Integral. Educação Libertadora.

**Abstract:** This article aims to discuss education as a mechanism for the integral formation of the subject, for the transformation of society through a new critical/reflexive view. The 21st century has been marked by a vigorous critical reflection on educational issues. As for the approach, the present research is characterized as qualitative, is presented under a bibliographic and documentary methodology. Essentially based on the theoretical support of Paulo Freire, the study brings to light a discussion about an education which is liberating and committed to human development. In conclusion, integral development permeates integral education as a right of citizenship in its multiple dimensions and enables the protagonist individual to be aware of his moral condition, enabling mutation through understanding with elucidation from social understanding, widens the perspective on the possibilities of education beyond school.

**Keywords:** Development. Integral Education. Liberating Education.

Professor Doutor em História Econômica (USP), docente pesquisador 1  
do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da  
Universidade de Taubaté, UNITAU, e do Centro Universitário Módulo,  
Caraguatatuba. E-mail: etrajanov@gmail.com

Mestranda em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade 2  
de Taubaté, possui graduação em Pedagogia. Pós-Graduada em Direito  
Educativo e em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Mental.  
E-mail: marciae.godoisantos@gmail.com

## Introdução

Na sociedade contemporânea, as rápidas transformações, o avanço tecnológico e os meios de comunicação incidem fortemente na escola, aumentando o desafio para torná-la uma conquista democrática efetiva. O desafio é educar nossos jovens propiciando-lhes um desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico de modo que adquiriram condições para enfrentar as exigências do mundo contemporâneo. A educação é fundamental para a transformação de uma nação, os países que não valorizam a ética, o trabalho e a educação em geral, apresentam economia frágil, os rendimentos são inferiores, refletindo em todo segmento, como habitação, saúde, qualidade e expectativa de vida. (SEVERINO; PIMENTA, 2009).

Estamos vivendo uma época de contextos diversificados, que abrange grandes planos econômicos, social e político. A educação brasileira vem se modificando ao longo dos anos, há uma vigorosa reflexão crítica sobre a problemática da educação e busca-se caminhos para promoção de uma ação educativa. Sem educação não é possível uma inclusão sustentada, principalmente, como acesso efetivo a oportunidades e usufruto de bens, serviços e riquezas locais e societárias.

Contudo, a Educação deve promover a formação e o **desenvolvimento humano integral** dos alunos, ela deve propor um ensino para além de transmitir conteúdos, para que os alunos sejam capazes de construir uma **sociedade mais justa, ética, democrática, sustentável e solidária**. Isso significa que orientar-se por uma concepção de Educação Integral, com qualidade de ensino que se é ofertado, não se refere ao tempo de permanência do estudante no espaço escolar ou a uma determinada modalidade de escola.

Segundo Libâneo (2012), a escola pública de tempo integral tem a finalidade prioritária de suprir as necessidades sociais imediatas, as quais deveriam ser, de total responsabilidade do Estado.

Para Gadotti (2009, p. 30). “[...] a escola não pode fazer tudo o que a sociedade não está fazendo; ela não pode substituir todas as políticas sociais”

Educação Integral indica promoção do desenvolvimento de crianças e jovens em todas as dimensões de formação. Esse direcionamento implica que, além dos aspectos técnicos/acadêmicos, precisamos potencializar a capacidade dos alunos em lidar com situações diversificadas do contexto social, considerando sua identidade e repertório cultural.

Alguns conceitos sobre a educação libertadora de Paulo Freire serão aqui discutidos, como: pensar, consciência, homem, mundo e existência, diálogo, curiosidade e as relações destes com a educação, articulada com a antropologia, a ética e a política. A educação libertadora se pauta por valores éticos e democráticos.

Na perspectiva de Freire (1987), o conteúdo mediador de novas interpretações da realidade não vem do livro didático, ao contrário, vem das vivências, das falas da comunidade, das falas dos alunos, das representações que eles têm das experiências construídas nas relações rotineiras. Segundo Freire (1987, p.86) “a partir da situação presente, existencial, concreta refletindo o conjunto de aspirações do povo, que podemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política”.

A educação libertadora, como sugere o nome indica uma educação vista como movimento em direção a liberdade. Assim toda prática escolar está ligada a um contexto que se manifesta nas dimensões da realidade local, em seus sujeitos e processos de saberes, comportamentos e posicionamentos éticos, práticos socioculturais da comunidade [...] (SILVA, 1990).

Para a Base Nacional Curricular Comum – BNCC, o conceito de educação integral se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea, ela propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o protagonismo do estudante em sua aprendizagem, considerando-os como sujeito de aprendizagem e na construção de seu projeto de vida (BRASIL, 2017).

A educação humanizadora e libertadora se pauta por valores éticos e democráticos. O desenvolvimento como proposta ao ensino, oportuniza conhecimentos, possibilita a apreensão e produção reflexiva e crítica, gerado pelo diálogo pode transformar a sociedade, propõe conhecer a realidade que implica, por um lado, na apreensão da dinâmica social, por outro lado, supõe entender as contradições que perpassam a prática educativa, condicionada pela situação histórica que caracteriza a sociedade.

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Assim, a relevância da democracia freiriana que não é meramente um método político, manipulado pela sociedade aristocrática, nesse caso, uma antidemocracia, que favorece à educação “bancária” e à manutenção do status quo, mantendo a continuidade da metodologia educacional das instituições tradicionais de ensino.

Segundo Retamiro et al (2013) a educação permite ao indivíduo o poder de despir-se de uma ignorância dominadora, para projetar-se ao mundo, mais especificamente ao ambiente que lhe cerca, a fim de se modificar por meio de uma mente renovada, as questões danosas em fatores quase inócuos.

Libâneo (2012) preocupa-se com a contextualização da prática pedagógica, permitindo a sua compreensão nas suas múltiplas determinações, percebendo o seu papel e situando-se no movimento de transformação social.

Portanto, este artigo objetiva debater a educação enquanto mecanismo para formação integral do sujeito, para transformação da sociedade por meio de uma, visão crítica/reflexiva, um olhar diferenciado sobre o sistema de ensino que demonstra dificuldade em se caracterizar um instrumento efetivo de transformação social. Espera-se uma Educação integral com inclusão social, supõe pensá-la articulada com as demais políticas sociais, rompendo a fragmentação de saberes e necessidades, espera-se uma educação que construa caminhos para um novo momento histórico de integração cada vez maior de conhecimentos e competências. Por isso as ações voltadas para a melhoria da educação contemporânea, seja na perspectiva quantitativa (atendimento a todos), seja na perspectiva qualitativa (todas as dimensões da vida), ambas necessitam ser articuladas. Contudo, espera-se da escola um desempenho voltado para direcionar a formação plena/cidadã.

Nesta perspectiva, primeiramente, abordar-se-á a educação como forma de promover a liberdade, com citações de um dos principais idealizadores deste conceito: Paulo Freire. Em seguida, será apresentada discussão acerca do ensino técnico superior. E por fim, uma explanação sobre “Desenvolvimento” sob o olhar de alguns autores, com destaque ao de Celso Furtado, considerando o educando como agente protagonista no processo educacional.

## Educação como forma de promover a liberdade

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida. (John Dewey)

Num mundo de opressão não é possível se tornar humano, sem criar um processo de envolvimento permanentemente por toda a vida. A humanização requer necessariamente ação e reflexão, ou seja, uma práxis libertadora. (FREIRE, 2001a).

Portanto, para definir demandas e objetivos da aprendizagem, é preciso analisar questões como: competências e vivências, que **são** determinantes para uma educação integral. Neste contexto questiona-se, como se articula a proposta escolar e a formação plena do alunado?

**É importante que se tenha uma** visão sobre a concepção do papel da escola e sociedade, a fim de compreender o fazer pedagógico dentro de um contexto mais amplo. Outro aspecto relevante, é o conhecimento e análise do contexto em que a escola está inserida. Estes aspectos precisam ser considerados quando pensamos nos objetivos de ensino, é importante que seja uma preocupação constante a fim de compreender melhor quem são os alunos.

Segundo o Freire (2014), o pensar é a capacidade humana da consciência intencionada, todas as relações humanas estão centradas na palavra, no pensamento, na linguagem, estão em nosso entender, tão intimamente ligados que uma não ocorre sem as outras e vice-versa.

Esta concepção metodológica do processo educativo, baseado na teoria do conhecimento, possibilita uma visão crítica do fenômeno educativo enquanto parte da totalidade social, exige

constantemente o reexame da teoria e a crítica sobre a prática (GADOTTI, 2009).

Neste sentido, é fundamental que a escola estabeleça parcerias e envolva novos atores para efetivação de uma educação voltada para formação integral do sujeito. Ressalta-se, neste contexto, que a “comunicação eficiente”, como evidencia a concepção freiriana, não se limita a sua dimensão primeira, utilitária, que se pauta unicamente no conhecimento simbólico, mas, sobretudo, na sua dimensão primordial que é aquela em que o discurso se dá em sintonia com o contexto concreto daqueles que falam, de maneira que o pensar e a linguagem se constituam dialeticamente (FREIRE, 2014). A relevância da organização do pensamento para o pensar, gera o agir para a existência humana, pois sem a palavra verdadeira não há existência humana. Palavra verdadeira, nos termos freirianos, é reflexão-ação, é práxis, é transformação do mundo (FREIRE, 2000).

Esse novo cenário vai exigir um movimento ativo, convergindo para aquisição dos atributos das qualidades humanas, o trabalho em equipe, a persistência, a abertura ao novo e o pensamento crítico, entre outras. Por isso, a oferta de uma educação, que seja capaz de desenvolver o indivíduo em seu potencial pleno, condição imperativa para o acesso a conhecimentos e avanços futuros.

A Educação Integral tem sido um ideal presente na legislação educacional brasileira e nas formulações de educadores. Iniciativas diversas, em diferentes momentos da vida pública do país, levaram esse ideal para perto das escolas, implantando propostas e modelos de grande riqueza, mas ainda pontuais e esporádicos (BRASIL, 2010).

A preocupação com o ensino voltado para formação integral nas escolas ganhou, a partir do Plano Nacional de Educação, um novo *status*, e a progressão das matrículas nos últimos anos tem crescido significativamente, o que se traduz em uma nova realidade para a educação escolarizada brasileira. Houve um salto de matrículas em tempo integral na Rede Pública da Educação Básica, de 7,5% (3.211.811 – valor absoluto) em 2011, para 15,7% (6.395.102 - valor absoluto) (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2016).

Para Gadotti (2009) a educação integral não está subordinada ao tempo, seja ela de tempo parcial ou integral. Para o autor, a escola deve ter como objetivo primordial, educar integralmente, Contudo, a expansão do tempo integral no Brasil, na maioria das vezes, é uma tentativa de suprir necessidades sociais básicas não abarcadas pelo Estado.

Uma educação pensada na integralidade, traz importantes implicações ao campo do currículo, compreendido este como o “que-fazer” na educação” (SAUL, 2008). O conceito de currículo inserido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental nos desafia a articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados, permeados pelas relações sociais (BRASIL, 2010).

É neste contexto, que o legado teórico de Paulo Freire traz possibilidades para a construção, não somente de um currículo integrado, mas também de um projeto educativo dialógico e transformador, que possibilita um redimensionamento do conhecimento, do território e do tempo em uma Educação Integral.

Tais preceitos caminha ao encontro de políticas públicas que prevê, [...] a opção de projetos educativos integrado, em sintonia com a vida, com as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes, projetos em que crianças, adolescentes e jovens sejam vistos como cidadãos de direitos em todas as suas dimensões. Não se tratando apenas de desenvolvimento intelectual, mas também envolvendo o emocional, o físico, o social entre outros, além do oferecimento de oportunidade que valorizem a história e o patrimônio cultural, na busca de atitudes responsáveis diante da natureza, aprendendo a respeitar os direitos humanos, tornando-se um cidadão criativo, empreendedor e participante, consciente de seus direitos, capaz de ajudar o país e a humanidade a se tornarem um espaço mais equitativo, mais justos e solidários, respeitando as diferenças e promovendo a convivência pacífica e fraterna. (BRASIL, 2015).

No entanto, o conhecimento especializado que a escola leva para a sala de aula menospreza o potencial crítico-transformador do diálogo entre os saberes. Isso posto, uma proposta curricular, com base na pedagogia de Freire, tem importante colaboração para uma educação integral que busque o enfrentamento desta nova configuração do tempo-território escolar.

Isso requer uma educação que vá além do desenvolvimento de competências cognitivas, que seja capaz de introduzir-se de forma articulada com estas. Decorre que as

chamadas competências socioemocionais, na perspectiva do desenvolvimento pleno de nossos educandos, atuam em conformidade com o Artigo 2º da LDB (A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho). Quando essa articulação ocorre no contexto do currículo escolar, e de forma intencional, é o que chamamos de educação integral.

Para Freire (1987), a educação está a serviço da humanização do homem e, refere-se à realização do mesmo enquanto criador de cultura e determinante de suas condições de existência, passa necessariamente pela clarificação da consciência, coisa que somente pode ocorrer no âmbito do crescente comprometimento do homem com sua realidade, onde se situa exatamente as funções do processo educativo.

### **Análises do contexto do Ensino Superior**

A educação caminha com o homem ao longo dos tempos, demarcando nossa história. Freire (2002) coloca o papel da **educação como um ato político**, que liberta os indivíduos por meio da “consciência crítica, transformadora e diferencial, que emerge da educação como uma prática de liberdade”.

Considera-se a como objetivo intrínseco da educação e propósito formativo das Instituições de Educação Superior, a conexão existente entre Filosofia e Sociologia. Bueno (2012) apresenta uma reflexão, segunda a qual a educação deve tornar a pessoa humana independente, autônoma e autodeterminada. Para o autor, a “educação consiste na passagem da inteira dependência de um ser humano, a criança, em relação a outro ser humano, o adulto, até a sua independência.

Entende-se que a universidade é uma instituição social que, com autonomia, versa sobre a universalização dos saberes, constituindo-se como o espírito crítico de seu tempo e de sua sociedade a partir de uma concepção de totalidade. Para Pochmann (2004) a educação precisa redefinir-se, significando para autor, ampliar as oportunidades para mitigar as desigualdades sociais, gerando oportunidades redobradas de ascensão social.

A ideia da relação entre educação e sociedade que transcorre no modelo de universidade tecnológica, conduz a um retrocesso na história da educação, pois apresenta uma dupla redução conceitual: a primeira reduz a sociedade a um segmento, o setor empresarial, e a segunda, a educação é reduzida a dimensão instrumental da prática, meramente transmite conhecimentos requeridos pelo mercado de trabalho, o que resulta efetivamente em atribuir uma especialização ou especificidade no campo de saber.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que regula o sistema educacional apresenta em seu bojo a formação básica do cidadão, com pressupostos de oportunizar o domínio dos conhecimentos necessários ao exercício da cidadania, pois como já foi afirmado, a educação é o passaporte para a cidadania consciente. A LDB em seu artigo 52, apresenta a singularidade que emerge da modalidade prevista em seu parágrafo único, a universalidade especializada por campo de saber, trata-se então, de uma contradição, quando a tipificação é materializada em especialidade tecnológica, podendo-se chegar ao reducionismo ou determinismo tecnológico.

Neste contexto, percorre-se a história, recorrendo aos apontamentos de Luckesi (2003). Destaca o autor, que o tecnicismo foi inserido na educação, nos anos 60 durante o regime militar, por intermédio da “Aliança para Progresso”, que constitui a implantação de programas de desenvolvimento social e econômico da época e o acordo “MEC USAID”. Acordo esse, firmado a partir de 1964, que incluiu uma série de convênios entre Ministério da Educação (MEC) e United States Agency for International Development (USAID), os acordos foram implementados com a lei 5.540/68 e 5692/71, que respectivamente, reformularam a educação superior e instituíram o ensino de 1º e 2º grau, negociados secretamente pelos governos, apenas se tornaram público após intensa pressão política e popular, em 1966. Essa reforma eliminou um ano de estudos, o Brasil passou a possuir 11 níveis até chegar ao fim do segundo grau, enquanto outros países como Europa e Canadá possuíam um mínimo de 12 níveis, O curso Universitário passou a ser denominado terceiro grau. Segundo Luckesi (2003), os profissionais da educação, não assimilaram os propostos



ideológicos desta pedagogia. Contudo, percebe-se no contexto da atualidade intenções que vão ao encontro dessas práticas tecnicistas.

Para Gómez-Fabing (2000), a política e implementação da nova educação superior, corrobora com a emancipação da política de constituição do modelo de ensino superior tecnicista ao modelo universitário de ensino, pesquisa e extensão, uma reforma degradante anunciada, pois não se trata de novidade, em outros tempos o governo federal e o banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) já haviam proposto ações, de estratégias de diversificação e fragmentação da educação pós-secundária e de nível superior, na tentativa de atender ao mercado globalizado.

Nesse sentido Lima (2005) destaca, que os cursos técnicos, são de menor duração, o modelo proposto pelo MEC, ensino superior técnico aproxima-se do modelo de ensino técnico não universitário. Essa configuração curricular é definida pela redução significativa de conteúdos de base científica e humanística, redireciona os currículos para priorização de conteúdos técnicos aplicados, de organização e gestão de produção empresarial. O autor destaca que, um expressivo número de instituições federais e sistemas educacionais realizaram pequenas adaptações, transformando cursos que, antes da reforma, eram técnicos de nível médio, em Cursos Superiores de Tecnologia, resultando na desestruturação e perda de qualidade. Revelou-se, uma vez mais, o experimentalismo pedagógico.

Neste contexto deve-se travar discussões importantes em torno da definição da natureza, identidade e perspectivas atuais e futuras quanto a Educação Universitária.

Diante de tais apontamentos faz se necessário questionar: Ao se propor uma modalidade específica de educação superior, reduzida à dimensão de um ensino voltado ao mercado de trabalho. Que ser humano queremos educar? Que impactos teremos na formação integral desses alunos?

Pochmann (2004) destaca que, a dinâmica excludente do mercado de trabalho vem deteriorando as vantagens potencialmente oferecidas pela educação, além de elevar as desigualdades de renda para os mesmos níveis educacionais.

Para Rocha (2000), tais questões devem guiar os caminhos para contestar e pleitear novas ações, aprofundando-se nas discussões sobre o papel e o espaço da Filosofia, determinando seus eixos norteadores para cada nível de ensino, desde o fundamental até o ensino superior, essas indagações apresentam-se pertinentes e fundamentais ao contexto contemporâneo. O autor ainda destaca que, deve-se atentar para demandas do cenário atual, para “não cair em confusões que poderiam ser evitadas”.

Segundo Zimmermann (2001), o reconhecimento da essência do conhecimento da filosofia e da sociologia é primordial para desenvolvimento da humanidade, as universidades não podem restringir-se apenas a uma formação técnica-profissional, pois concomitantemente a essa, caminha a formação humana holística, para qual a filosofia é indispensável. Considera-las como disciplinas nos currículos, significa reconhecer a relevância histórica para formação crítica- reflexiva, comprovando sua notoriedade na construção da formação cidadã do aluno.

O ser humano, não pode ser reduzido a simples mecanismo, espera-se das Universidades que formem cidadãos conscientes do valor e sentido de sua existência, conscientes de suas responsabilidades para consigo e para com toda sociedade. Muitas discussões ainda são necessárias, o estudo é amplo e abrangente, deve-se salientar que o ensino Superior que apresentar uma formação exclusiva no âmbito técnico, científico e profissional, cumpre apenas uma parcela de sua responsabilidade. Onde está o desenvolvimento ético e antropológicos dos estudantes?

Rodrigues (2012) retrata em seus estudos a importância do “pensar filosófico”, do estudo da Filosofia e de sua contribuição para desenvolvimento da sociedade e a continuidade da disciplina nos currículos escolares, em qualquer dos níveis da educação formal, fator imprescindível para formação plena do aluno. O autor destaca que, deve-se ponderar e refletir quanto ao ensino da Filosofia apresentado na LDBEN 9.394/96 e a notória relevância do papel crítico-político-ético-reflexivo desse ensino.

Uma educação que visa apenas o aspecto técnico da formação humana, não possibilita a valorização da singularidade. Somos uma país vasto de criatividade e capacidade de inovação, é inevitável e imprescindível proporcionar aos nossos jovens uma formação com enfoque mais

amplo, que busque aperfeiçoar o ser humano nas várias instâncias que incidem sobre sua vida e conseqüentemente, recai sobre a sociedade. Para Pires (2018), a importância da Filosofia se evidencia ainda mais na Educação Superior, pelo fato de que dessa etapa formativa sairão os profissionais que atuarão na sociedade como um todo. O que se espera e deseja é que a formação filosófica contribua efetivamente para que os futuros profissionais atuem de modo responsável e humano, contribuindo para o bem-estar de toda a sociedade. Segundo o autor se não considerar tais apontamentos as Instituições de Ensino Superior não formam, apenas produzem. Produzem engrenagens para a grande máquina do capitalismo.

## Desenvolvimento e Educação

No percurso da história em especial no século XXI, a sociedade tem apresentado uma maior preocupação com o desenvolvimento, resultante do impacto ambiental provocado pelo desenvolvimento econômico e tecnológico. Contudo, na sociedade contemporânea há uma preocupação em especial com o desenvolvimento sustentável e o comportamento consciente. Desta forma, o contexto atual, exibe de um lado, esforços em prol da consecução de um desenvolvimento pela humanidade e, de outro, a consumo sustentável e a responsabilidade ambiental.

Recorre-se, neste estudo as contribuições de Celso Furtado e outros autores de igual relevância para substanciar as reflexões sobre contexto contemporâneo do desenvolvimento, que impacta diretamente a educação voltada para formação integral do sujeito. Sob diferentes teorias e nas variadas áreas da administração, essas abordagens apresentam-se adequadas para fomentar o desenvolvimento no contexto do mundo globalizado.

Para Santos et al (2018), o desenvolvimento pode ser caracterizado como um processo multidimensional. Sua investigação implica no reconhecimento da existência de diversas variáveis associadas à sua trajetória como o acesso à saúde, a educação, a segurança, a habitação, a mobilidade e a participação no processo político. Um dos desafios dos estudos sobre o desenvolvimento corresponde a verificar a interrelação entre essas variáveis.

Porém, o conceito de desenvolvimento econômico não é definido, ele é baseado em duas principais correntes de economistas, uma de inspiração mais teórica, que considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento; e a outra, de inspiração empírica, que compreende que o crescimento não é condição suficiente para o desenvolvimento embora, seja indispensável para este (SOUZA, 2007).

De acordo com Souza (2007) desenvolvimento econômico define-se:

[...] pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhorias de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto da população, com a prevenção do meio ambiente (SOUZA, 2007, p.7).

Por sua vez, o desenvolvimento, conforme aponta Vieira (2009) em um mundo com intensas relações econômicas globais é difícil, é complexo quantificar o desenvolvimento é necessário incluir outras variáveis não econômica[...]. O estudo sobre desenvolvimento humano requer uma estrutura teórica ampla que seja capaz de olhar o ser em sua totalidade nos mais diferentes contextos.

Para Vieira (2009, p. 25) “os espaços econômicos são abstratos, constituídos por relações de natureza econômica, com produção, distribuição e consumo, que tem origem nas atividades humanas sobre o espaço geográfico”. O desenvolvimento ocorre de forma quantitativa e qualitativa. Não existe nenhuma forma de organização social que seja capaz de reprimir a expansão das necessidades da coletividade e não há forma mágica capaz de superar as limitações tecnológicas e os recursos escassos.

Considera-se que a educação é condição para cidadania, portanto entender o

desenvolvimento é relevante para entender o contexto educacional. O desenvolvimento sustentável apresenta-se como forma contemporânea da libertação da sociedade, e tem-se na educação um papel importante na mudança social. A educação por si não transforma a sociedade rumo a sua emancipação, mas é preciso entender a complexidade do processo educacional, pois é essencial para o capital, mantém os trabalhadores ativos, e é pelo trabalho produtivo que ocorre o crescimento econômico do capitalismo, assim se dá a relação do trabalho, educação, capitalismo e desenvolvimento sustentável.

A educação no sistema capitalista corresponde a uma educação voltada para atender as necessidades do capital e de seu processo de expansão e acumulação ampliada. É preciso considerar que a educação varia de acordo com as necessidades e do contexto social, ela apresenta particularidades em cada momento histórico, embora sua função permeie todo o desenvolvimento histórico dos homens. Pochmann (2004) aponta que na trajetória, o papel da educação se constitui como chave para pensar diferente e refletir sobre novas formas de posicionamento em uma sociedade tecnológica.

O autor destaca que, em pleno linear da sociedade do conhecimento, o Brasil precisa abandonar a concepção conservadora e ultrapassada do trabalho como obrigação pela sobrevivência para reconstruir-se em uma nova transição do sistema escolar para o mundo. O que contribui para ampliar as discussões a respeito das relações da educação com o ambiente, dos efeitos das ações educativas no mundo e, das relações entre teoria e prática.

Para Saviani (1994), os homens se educam, lidando com a terra, lidando com a natureza, se relacionando uns com os outros, garantindo a sobrevivência e o domínio da natureza, pelo aprender fazendo uma das formas de trabalho, que é educação. O trabalho pode ser definido como atividade realizada pelo ser humano, seja ela física ou intelectual que tem por objetivo fazer, transformar ou obter algo.

Assim como o trabalho, a educação coincide com a própria existência humana e são atividades específicas do homem. Com efeito, o homem para se estabelecer na natureza precisou adaptá-la a si, e nesse processo e no decorrer da evolução humana a sociedade adaptou, modificou e evoluiu o trabalho.

Com o trabalho as civilizações conseguiram se desenvolver e alcançar o conhecimento. Em todas as sociedades o trabalho sempre foi muito valorizado, gerando riquezas materiais e conhecimentos, desenvolvimento econômico e satisfação pessoal. O homem para sobreviver precisa continuar agindo sobre a natureza, adapta-la de acordo com suas necessidades. Esse agir do homem é definido por Saviani (2010) como trabalho.

O desenvolvimento, especificamente desenvolvimento sustentável buscou modelos alternativos e ganhou força com a formação da Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento na Organização das Nações Unidas (ONU), destacando-se pelo relatório de Brundtland em 1988, que formalizou o conceito de desenvolvimento sustentável e direcionou as estratégias alternativas no contexto das políticas públicas, tornando-se referência para estudos sobre desenvolvimento sustentável.

As estratégias de desenvolvimento estabelecem em diferentes lógicas de acordo com interesses, conforme a rede de relações, ou ainda conformações de lugares ou orientação global ou local.

Santos (2002b, p. 96) destaca as lógicas exógena e endógena; a primeira situada no âmbito dos interesses corporativos globais, transnacionais e a última no âmbito da identidade, do fato e do sentimento «de pertencer àquilo que nos pertence». No contexto geopolítico, essas diferentes lógicas caracterizam os lugares-locais e os lugares-globais.

Para Vieira (2009), questões sociais são relevantes e as questões culturais devem ser levadas em consideração, em especial no processo de desenvolvimento regional, que passa pela questão cultural e de valores de uma determinada região, com o decorrer do tempo, vão se consolidando e dando identidade a uma comunidade. Nas últimas décadas a historiografia assistiu a um claro crescimento da rejeição à ideia de que a vida social e cultural seja direta e linearmente determinada pelas dimensões da economia e da vida material. Os conceitos de desenvolvimento econômico endógeno passam pela ênfase dada às dinâmicas locais que precisam ser analisadas ao longo do tempo.



Atualmente, percebe-se uma maior preocupação em associar pessoa e ambiente numa perspectiva interacionista, considerando a diversidade de contextos, de experiências individuais e sociais, de culturas e valores. Desse modo, é fundamental ter em mente a construção da individualidade da pessoa, seus reflexos no ambiente físico e social, as oportunidades de vida, as experiências laborais e a temporalidade histórica, individual e social (MADUREIRA e BRANCO, 2005).

Freire (1987) destaca o ato de socialização como um ato libertador. Tal ação ocorre com a prática da educação dialógica, a qual consiste na metodologia que proporciona a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos, pois, o objeto de pesquisa não é o ser humano, mas sim, o seu pensamento-linguagem que expressam sua percepção da realidade.

Portanto, a adoção de novos paradigmas no processo de ensino, novas formas e ações adotadas se estabelecem imprescindível, para aproximar sujeitos de novos conhecimentos. É preciso, também, verificar como fazem para tornar significativos esses ensinamentos, de modo a levar os sujeitos a comprometerem-se com seu próprio progresso e o do contexto social ao qual estão ligados.

Para Furtado (2000<sup>a</sup>) as facetas do desenvolvimento são esquemas explicativos do processo sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento da produtividade conduzem para melhoria de vida da população.

Enquanto sujeito protagonista, o envolvimento pode ser observado nas formas de ação e desenvolvimento de cada um, colaborando de modo significativo como agente promotor de mudanças no contexto social. O desenvolvimento e as transformações sociais, estão presentes nas classes sociais, por meio das pontuações de diferentes períodos históricos, remetendo ao tempo histórico. (FURTADO,2000)

A Educação precisa explicar um discurso que remeta à preocupação em formar o cidadão pleno, para obter resultados voltados ao bem-estar coletivo. Uma educação que, contempla uma pedagogia ativa, uma educação participativa e reflexiva em relação à política, aos direitos, à cidadania e à sustentabilidade.

As escolas precisam passar por profundas transformações em suas práticas e culturas para enfrentarem os desafios do mundo contemporâneo (SEVERINO; PIMENTA, 2009).

## **Procedimentos Metodológicos**

Quanto à abordagem, a pesquisa realizada caracteriza-se como qualitativa, apresenta-se sob uma metodologia bibliográfica e documental, tece uma análise de como o fator educacional pode interferir na realidade social e econômica da sociedade para uma nova perspectiva de mudança promissora. Essencialmente com base na visão de Paulo Freire que traz à tona uma discussão acerca de uma educação libertadora e comprometida com o desenvolvimento humano. O artigo também, discorre sobre a reflexão quanto ao do ensino técnico superior e por fim, apresenta discussões sobre o desenvolvimento com referência a Celso Furtado e outros autores de igual relevância, o desenvolvimento dialogando com a educação libertadora, promovendo o acesso ao conhecimento.

## **Resultados e Discussões**

Encontra-se em tempos de olhar para além das questões institucionais e organizacionais da escola, acredita-se então, que é momento de refletir, organizar e colocar em prática ações educativas cuja função da escola deva ir além de conteúdos fragmentados, deve se oferecer ambientes de aprendizagem social, cultural em um contexto integrado e contextualizado.

Como aponta Rodrigues (2011), algumas crenças precisam ser rompidas, outras precisam ser estabelecidas, criadas ou renovadas, de forma diferentes para atender as necessidades e interesses dos sujeitos, capazes de pensar possibilidades e alternativas aos modelos educativos escolares vigentes.

O homem é um ser social apto a aprender, por meio da educação forma sua identidade, ideologia e o seu modo de vida.

Como menciona Platão (1997) destaca em sua Alegoria da Caverna, um homem se liberta da escuridão, sai da penumbra da caverna, vê a luz, vê as coisas, vê outros seres e outros sons, vê a vida e constata que, afinal, o mundo pode ser diferente. A escola como espaço de relações deve

ser compreendida como catalizador de conhecimentos, que proporcionem o empoderamento dos sujeitos, possibilitando o apossamento da realidade, por um olhar crítico, a educação pode destruir certezas, causar rupturas, proporcionar desconfortos, e pode anunciar “coisas novas”, quando o prisioneiro se liberta e sai da caverna, na visão de Platão, o aprendizado é um processo difícil e muitas vezes doloroso. A educação muda a percepção e visão de mundo.

Segundo Freire (2005b), empoderar-se, tomar posse do real, tomar posse da vida e da consciência é um processo de libertação que se desenvolve em uma relação dialética homem-mundo. Ao voltar à caverna o portador das novidades é ameaçado, colocado em risco, quase destruído (PLATÃO, 1997). A Alegoria da caverna retrata a ideia de que os aspirantes à sabedoria devem descobrir as coisas, superando os problemas impostos pela vida. E a educação nos oportuniza desenvolver o homem moral, que dedica seus esforços para seu desenvolvimento intelectual, físico, moral e espiritual.

Espera-se assim que as escolas preparem os nossos jovens para uma educação que seja capaz de desenvolver competências e não meramente ensino das disciplinas de modo fragmentado, uma nova forma de ensinar e de aprender. Para Freire (2005), a educação deveria corresponder a formação plena do ser humano, denominada por ele de preparação para a vida, com formação de valores, atrelados a uma proposta política de uma pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária: Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direitos à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser. (FREIRE, 2000).

O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e aspectos biopsicossociais, considera-se neste contexto as diferentes realidades socioculturais, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades, visando a ampliação do conhecimento e de habilidades, para que possam se tornar sujeitos independentes e autônomos. Paulo Freire (2002) defende que o conhecimento através da educação é instrumento do homem sobre o mundo, toda essa ação produz mudança, portanto não é um ato neutro, o ato de educar é um ato político.

As escolas do século XXI, precisam repensar o modelo e a oferta de conteúdo, os agentes envolvidos precisam assumir o desenvolvimento integral dos alunos, para enfrentar os desafios das situações de ensino, os profissionais da educação precisam da competência do conhecimento, de sensibilidade ética e de consciência política. Cabe-lhes, proporcionar aprendizagens relevantes que possibilitem aos alunos, desenvolver competências e habilidades indispensáveis para a participação na vida contemporânea, transformando o espaço em território educativo. Buscar possibilidades educativas no território do alunado é uma forma de trazer a vida sociocultural para processo de ensino aprendizagem, oportunizando a integralidade na formação

A proposta pedagógica de uma educação integral sendo uma concepção que considera a multidimensionalidade do ser de forma integrada, precisa superar a ideia de fragmentação dos conhecimentos. Reconhece-se que o desenvolvimento pleno de indivíduos só é possível quando se observam diferentes dimensões: física, afetiva, cognitiva, ética, estética e política. Essa interação e integração das dimensões se dá em um território significativo.

Santos (2002), destaca em seus estudos que território “tem que ser entendido como o território usado, não o território em si, o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. É necessário reconhecer o entorno da escola como possíveis espaços de aprendizagens.

Voltar o olhar para a comunidade, reconhecer possíveis parcerias com instituições locais para ampliar a oferta de espaços de aprendizagens. Esse exercício exige um olhar cauteloso, com o intuito de apoderar-se dos saberes gerados no território para investir em uma educação mais humanista e embasada na pluralidade de ideias. A territorialização do currículo é, assim, tema fundamental para uma educação que integre a realidade vivida ao conhecimento escolar e sua proposta educativa, pois o principal legado da Educação é possibilitar aos educandos(as) a compreensão de sua realidade para o desenvolvimento de ações transformadoras, em um processo que humaniza os sujeitos (ZANARDI, 2016).

Ademais, o conhecimento é produzido a partir de uma construção coletiva e este conhecimento historicamente acumulado deve se servir a transformação social que se apresenta pelas vivências e experiências. Desta forma, a Educação Integral do sujeito é possibilitada por uma busca que tem a realidade, as vivências e as experiências como uma alavanca para esta empreitada.

Seja em tempo integral, seja em tempo regular, a escola tem se pautado pela sectarização, o que dificulta a compreensão da realidade em sua totalidade. Como Freire (2005) afirma, a sectarização é sempre castradora e alienante. Devemos buscar a radicalidade criadora com sua criticidade no esforço de transformação da realidade concreta. Zanardi (2016) destaca que, o ato de conhecer e apreender decorre de um processo social em que o diálogo entre os sujeitos é o seu pressuposto.

Conclui-se esse estudo, refletindo as ideias de Paulo Freire, sobre a formação humana integral, que educação é o sentimento de completude do ser humano como sujeito em constante formação, que se ressignifica a partir das experiências educacionais escolares e não escolares, vivenciadas em uma dinâmica dialógica, cujas experiências refletidas promovem mais que uma adaptação do homem ao meio, atribuindo a ele a capacidade de modificar a sua realidade.

## Considerações Finais

Neste trabalho verificou-se abordagens conceituais referenciando entre outros Paulo Freire, objetivou apresentar algumas ideias dos autores sobre o contexto educacional e o desenvolvimento, o educar na ótica de uma prática libertadora, conectada com o desenvolvimento pessoal e social, em todas as dimensões.

Caracteriza a escola de ensino superior, as universidades, em sua função na formação integral do sujeito, conduzindo-o a atuar de modo consciente e comprometido na sociedade contemporânea, por meio de uma educação integral como direito a cidadania, supondo uma oferta de oportunidades em um espaço dinâmico, com possibilidades diversificadas. Registra-se ainda, que o caminhar dos estudos nos chama a atenção para construção de um olhar crítico, no desenvolvimento do processo reflexão-ação. Considerando a formação do pensar crítico pela educação libertadora e as diferentes abordagens que tangenciaram o enfoque do desenvolvimento a partir da perspectiva da educação consciente, vertente globalista e vertente regional.

Toda e qualquer proposta inovadora em educação exige participação e integral adesão e uma firmeza de propósitos para que possa ser efetivada na prática pedagógica, a serviço da transformação da realidade.

Sabe-se que quando administradores, especialistas, colegiados escolares, gestores políticos e comunidade unem forças para implantar novos paradigmas educacionais surgem muitas variáveis positivas. Nesse sentido, entende-se que a inovação e transformação ocorre, os objetivos precisam ser claros, flexíveis e emergentes.

Para pensar em desenvolvimento é fundamental que se considere o ideário pedagógico, na análise de algumas concepções política-pedagógicas, aqui com destaque as teorias freiriana, capazes de proporcionar a efetiva educação e promover uma concepção política e libertadora, no sentido de empoderamento. Delineia-se uma condição pedagógica visando superar e sequenciar sua condição política, buscando-se sustentação legal, para que os aspectos educacionais se consolidem dando forma a uma proposta arrojada e singular.

Defende-se que o pressuposto de qualquer postura aqui mencionada como proposta-pedagógica e deverá, necessariamente voltar-se para o desenvolvimento biopsicossociocultural e política do sujeito entendido em sua integridade, haja visto que o ser humano é um ser inserido em um contexto social, nada mais coerente buscar bases pedagógicas em autores que compartilhem tal pressuposição educativa, pois não é possível fragmentar o sujeito, considerando apenas alguns aspectos de sua constituição, em detrimento de outros. O ser humano passa por estágios progressivos de desenvolvimento e auto-organização. Nos quais seu processo de desenvolvimento e constituição se precede, alternando-se e superando a inercia, com fases de assimilação e acomodação sucessiva no contexto do desenvolvimento.

Deseja-se neste momento, registrar o nosso olhar esperançoso de que a educação libertadora preconizada no legado de Paulo Freire se construa como possibilidade viável. Uma

educação integral como direito de cidadania.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Brasília, DF, 2010.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes e bases da educação nacional - Educação é a base**. Brasília: MEC, 2017.

BRUNDTLAND, G. H. (coord.). **Nosso futuro comum**. 11. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

BUENO, V. C. de A. **Kant e a tarefa da educação**. In: OLIVEIRA, P. E. de (org). *Filosofia e Educação: aproximações e convergências*. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. **A educação na cidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 24ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2000.

\_\_\_\_\_. **Medo e Ousadia: O cotidiano do Professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. – (Educação Cidadã; 4).

GOMÉZ-FABLING, C. El BID y. **La Educación Superior na Universitária**. Washington: BID, 2000.

LIBÂNEO, J. C.. Palestra - **O Processo Educativo na Escola de Tempo Integral: ensino e aprendizagem em diferentes tempos e espaços**. II Encontro Regional Sobre Educação Integral e Escola Pública de Tempo Integral. Secretaria Municipal de Educação Aparecida de Goiânia, de 26 a 28 de setembro, 2012.

LIMA FILHO, D. L. **A universidade tecnológica e sua relação com o ensino médio e a educação superior: discutindo a identidade e o futuro dos CEFETs**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 349-380, jul./dez. 2005.

LUKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

MADUREIRA, A. F. A. e BRANCO, A. M. C. U. de A. **Construindo com o outro: uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano**. In: DESSEN M. A., COSTA JUNIOR A. L. (Orgs.) *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto

Alegre. Artmed, 2005, p. 90-108.

MEC (Ministério da Educação). **Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira: mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil.** Brasília: MEC, 2009.

MEC. **Educação integral.** Disponível em: <<http://educacaointegral.mec.gov.br>>. Acesso em 4 set. 2019.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Educação Integral.** 2016. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>>. Acesso em: 04 set. 2019.

PIRES, E.G.S. **Filosofia e Educação: Importância da Filosofia no Ensino Superior.** Anápolis: Revista De Magistro de Filosofia Ano XI n. 25,2018.

PLATÃO. **A República.** O Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

POCHMANN M. **Educação e Trabalho: Como Desenvolver uma Relação Virtuosa?** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004

RETAMIRO, W; ARAUJO, E.A.S; VIEIRA, E.T. **A Educação como Ferramenta para o Desenvolvimento.** Meridiano – Revista de Geografia, número 2, 2013.

ROCHA, R. **Filosofia como educação de adultos.** In: GALLO, S.; KOHAN, W. O. (Orgs.). Filosofia no Ensino Médio. Petrópolis: Vozes, 2000.

RODRIGUES, Z.A.L. **Ideário Pedagógico. Para Educação em Escolas em tempo Integral** Curitiba:Camões, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Ensino da Filosofia no Brasil no Contexto das Políticas.**, Curitiba: Editora UFPR, n. 46, p. 69-82, out./dez. 2012.

SANTOS, M. **Território e Dinheiro.** In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Território, territórios. Niterói: PPGEO-UFF/AGB,p. 10. 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002b.

SANTOS, M.J; VIEIRA, E.T. SANTOS, D.F. **Educação e Capital Social: Uma relação estreita com o desenvolvimento** DRd – Desenvolvimento Regional em debate (ISSNe 2237-9029) v. 8, n. 2, p. 4-26, jul./dez. 2018.

SAUL, A. M. Currículo. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime Jose (orgs.). **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 120-121.

SAVIANI, D. **O Trabalho como Princípio Educativo Frente às Novas Tecnologias.** In: Novas tecnologias, trabalho e educação. Petrópolis /RJ: Vozes, 1994.

SILVA JUNIOR, C. **A Escola pública como local de trabalho.** São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1990.

SEVERINO, A. J.; PIMENTA, S. G. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico.** 5 ed. 2 REIMPR. São Paulo: Atlas, 2007.



VIEIRA, E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX.** Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009.

ZANARDI, T. A. C. **Educação integral, tempo integral e Paulo Freire: os desafios da articulação conhecimento – tempo - território.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v.14, n.01, p. 82 – 107 jan./mar.2016 e-ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP.

ZIMMERMANN, R. **A nova LDB e o ensino de Filosofia: considerações sobre a legislação e o PL 3178/97.** Mimeo. 2001.

Recebido em 30 de outubro de 2019.  
Aceito em 10 de dezembro de 2019.